

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números 01 a 09.

Refrigerantes açucarados

A obesidade é a maior das ameaças à saúde do século 21. O tecido adiposo acumulado em excesso gera um processo inflamatório crônico que, somado aos hormônios e aos mediadores químicos produzidos e liberados no organismo da pessoa obesa, aumenta o risco de doenças cardiovasculares, metabólicas, pulmonares e de diversos tipos de câncer.

No Brasil, metade da população adulta está acima da faixa de peso saudável. Nos Estados Unidos, esse número ultrapassa 70%: cerca de 30% estão com excesso de peso, 30% são obesos e 10% sofrem de obesidade grave. A continuarmos no mesmo ritmo, é provável que nos próximos dez ou vinte anos estejamos na situação deles.

A característica mais assustadora dessa **epidemia** é o número crescente de crianças e adolescentes obesos, consequência do acesso ilimitado a alimentos de alta densidade energética e da vida em frente da TV e dos computadores.

O impacto dessa nova realidade será tão abrangente, que a próxima geração provavelmente terá vida mais curta do que a atual, previsão demográfica que os avanços da medicina não conseguirão reverter. Os custos da assistência médica aos portadores das doenças crônicas associadas à obesidade arruinarão as finanças dos sistemas de saúde de países como o nosso.

O consumo de refrigerantes e sucos açucarados é uma das maiores fontes de calorias ingeridas por crianças e adolescentes. Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte. É possível que os nossos não fiquem para trás.

Recentemente, um grupo de pesquisadores da Universidade de Amsterdã distribuiu refrigerantes com e sem açúcar para 641 crianças de 5 a 12 anos. As bebidas vinham sem nenhuma indicação no rótulo que permitisse à criança identificar se continham açúcar ou adoçante artificial. Depois de 18 meses, os que recebiam os refrigerantes com açúcar pesavam em média 1,02 kg a mais, apresentavam maior relação cintura/altura e maior quantidade de gordura no corpo. **Isso** mostra que as recomendações do Ministério da Saúde para que crianças e adultos evitem refrigerantes e sucos açucarados, além de aumentar os níveis de atividade física, devem ser levadas à sério.

(Drauzio Varella, www1.folha.uol.com.br, 15.12.2012. Adaptado)

01. No primeiro parágrafo, o autor apresenta a obesidade como

- (A) uma doença causada por processos inflamatórios crônicos.
- (B) uma condição relacionada ao desenvolvimento de várias doenças.
- (C) tão perigosa quanto as doenças cardiovasculares e até o câncer.
- (D) resultante do consumo de alimentos com alterações químicas.
- (E) uma enfermidade crônica, que não tem cura, assim como o câncer.

02. O termo **epidemia**, em destaque no terceiro parágrafo, é usado para se referir à obesidade como

- (A) um hábito difícil de ser alterado.
- (B) um problema que já foi solucionado.
- (C) um defeito hereditário, próprio de algumas etnias.
- (D) um mal que se alastra rapidamente.
- (E) uma doença que dispensa tratamento.

03. Ao afirmar que “o número crescente de crianças e adolescentes obesos” é consequência “da vida em frente da TV e dos computadores”, o autor destaca como uma das causas da obesidade

- (A) o comportamento sedentário, ou seja, a escassez de atividades físicas.
- (B) a exposição a programas que têm modelos obesos como ideal de saúde.
- (C) o estresse gerado pela ausência de horas dedicadas ao entretenimento.
- (D) a preferência por alimentos com boa aparência e baixo valor calórico.
- (E) a má qualidade dos programas sobre alimentação produzidos pela TV.

04. Um dos possíveis resultados do aumento do número de obesos no Brasil será, segundo o autor,

- (A) a alta dos preços de alimentos saudáveis.
- (B) a maior oferta de médicos especialistas em obesidade.
- (C) a redução da expectativa de vida da população.
- (D) o corte de gastos com a saúde pública.
- (E) o crescimento desordenado da população.

05. A partir de seu estudo, os pesquisadores da Universidade de Amsterdã concluíram que

- (A) a ingestão de refrigerantes é a principal causa da obesidade infantil.
- (B) o consumo de açúcar e o ganho de peso estão relacionados.
- (C) os aditivos químicos dos refrigerantes levam à obesidade.
- (D) os refrigerantes açucarados contêm gordura em sua composição.
- (E) o uso de adoçantes estimula o consumo de alimentos menos gordurosos.

06. Com as formas verbais destacadas na frase do segundo parágrafo – A **continuarmos** no mesmo ritmo, é provável que nos próximos dez ou vinte anos **estejamos** na situação deles. – o autor inclui o leitor em sua argumentação e supõe que esse leitor seja um

- (A) adolescente.
- (B) médico.
- (C) obeso.
- (D) americano.
- (E) brasileiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

07. Na frase – **A** continuarmos no mesmo ritmo, é provável que nos próximos dez ou vinte anos estejamos na situação deles. – o termo em destaque expressa uma
- (A) concessão e equivale a **Embora**.
 - (B) conformidade e equivale a **Segundo**.
 - (C) condição e equivale a **Se**.
 - (D) contradição e equivale a **Entretanto**.
 - (E) finalidade e equivale a **Para**.
08. O termo **Isso**, em destaque no último parágrafo, refere-se
- (A) ao grupo de pesquisadores da Universidade de Amsterdã que distribuiu refrigerantes com e sem açúcar para crianças de até 12 anos.
 - (B) aos refrigerantes com e sem açúcar que foram servidos a 641 crianças de 5 a 12 anos.
 - (C) ao fato de as crianças não saberem distinguir as bebidas com açúcar daquelas com adoçante artificial.
 - (D) ao resultado do estudo feito pelos pesquisadores da Universidade de Amsterdã.
 - (E) à quantidade excessiva de refrigerantes que as crianças consumiram ao longo da pesquisa.
09. O autor expressa sua opinião de forma categórica na frase:
- (A) A obesidade é a maior das ameaças à saúde do século 21.
 - (B) Nos Estados Unidos, esse número ultrapassa 70%: cerca de 30% estão com excesso de peso, 30% são obesos e 10% sofrem de obesidade grave.
 - (C) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte.
 - (D) Recentemente, um grupo de pesquisadores da Universidade de Amsterdã distribuiu refrigerantes com e sem açúcar para 641 crianças de 5 a 12 anos.
 - (E) As bebidas vinham sem nenhuma indicação no rótulo que permitisse à criança identificar se continham açúcar ou adoçante artificial.
10. Seguindo a norma-padrão da língua portuguesa, a frase – Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte. – recebe o acréscimo correto das vírgulas em:
- (A) Um levantamento mostrou, que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias, diárias dessa fonte.
 - (B) Um levantamento mostrou que, os adolescentes americanos consomem, em média 357 calorias diárias dessa fonte.
 - (C) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem, em média, 357 calorias diárias dessa fonte.
 - (D) Um levantamento, mostrou que os adolescentes americanos, consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte.
 - (E) Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos, consomem em média 357 calorias diárias, dessa fonte.
11. Considerando o atraso, por parte da construtora, na entrega de um imóvel ao comprador que o havia adquirido para alugar a terceiros, havendo cláusula penal por inadimplemento, é correto afirmar que
- (A) é possível cobrar, simultaneamente, a cláusula penal e lucros cessantes.
 - (B) é imprescindível a demonstração de má-fé no atraso.
 - (C) a cláusula penal não pode ser cobrada juntamente com perdas e danos.
 - (D) o valor da cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
 - (E) a exigência do cumprimento da obrigação deve anteceder a da cláusula penal.
12. Quanto ao contrato de seguro, assinale a alternativa correta.
- (A) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete podem ser nominativos, à ordem ou ao portador.
 - (B) Anulável será o contrato para garantia de risco proveniente de ato doloso do beneficiário.
 - (C) O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.
 - (D) No seguro de vida para o caso de morte, o capital estipulado está sujeito às dívidas do segurado.
 - (E) Será nulo o contrato de seguro de vida em que não houver estipulação de beneficiário.
13. Se em um contrato for estipulada cláusula que permite o arrendimento para qualquer das partes, no que diz respeito às arras, é correto afirmar que
- (A) a parte inocente pode pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo além de reter as arras.
 - (B) a parte inocente pode exigir a execução do contrato, com as perdas e danos, valendo as arras como o mínimo da indenização.
 - (C) para exigir o pagamento em dobro das arras, é necessário que o credor alegue prejuízo.
 - (D) o direito à retenção das arras se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
 - (E) as arras terão função unicamente indenizatória, não havendo direito à indenização suplementar.

14. Quanto ao pacto comissório e o adimplemento contratual, assinale a alternativa correta.
- (A) É permitida cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
 - (B) Após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida ao credor pignoratício.
 - (C) Se o devedor cair em insolvência ou falir, o credor poderá ficar com o objeto da garantia.
 - (D) Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese com pacto comissório.
 - (E) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa em exoneração dessa garantia.
15. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, mas sua extinção
- (A) exige declaração judicial.
 - (B) pode ocorrer pelo consenso firmado em um distrato.
 - (C) opera de pleno direito quando há abuso de suas finalidades.
 - (D) prescinde de assembleia extraordinária.
 - (E) configura-se pela vontade do sócio-administrador.
16. Quanto à transação, é correto afirmar que
- (A) por ela se transmitem, se declaram ou se reconhecem direitos.
 - (B) aproveita ou pode prejudicar a terceiros se disser respeito à coisa indivisível.
 - (C) se for concluída entre o credor e o devedor, mantém a obrigação do fiador.
 - (D) só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação.
 - (E) ela se anula por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.
17. Na locação de coisas, havendo prazo estipulado à duração do contrato, antes do vencimento
- (A) não poderá o locador reaver a coisa alugada, exceto se o contrato estiver registrado no Cartório de Títulos e documentos.
 - (B) não poderá o locador vender a coisa alugada, senão ressarcindo ao locatário as perdas e danos resultantes.
 - (C) não poderá o locatário devolvê-las ao locador, senão pagando, proporcionalmente, a multa prevista no contrato.
 - (D) poderá o locador reaver a coisa alugada, desde que estipule prazo de noventa dias para sua devolução pelo locatário.
 - (E) o locatário não ficará obrigado a respeitá-lo, se a coisa for alienada durante a locação.

18. Prescreve em cinco anos a pretensão de
- (A) cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
 - (B) reparação civil.
 - (C) restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé.
 - (D) cobrança de aluguéis, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
 - (E) ressarcimento de enriquecimento sem causa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19. A reconvenção é cabível na
- (A) ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.
 - (B) ação de rito sumário, após a apresentação da contestação em audiência.
 - (C) execução, que tenha por origem as Cortes Constitucionais.
 - (D) liquidação de sentença.
 - (E) oposição de terceiros, quando deferida pelo juiz.
20. O prazo para a Fazenda Pública contestar medida cautelar é de
- (A) cinco dias.
 - (B) quinze dias.
 - (C) vinte dias.
 - (D) quarenta dias.
 - (E) sessenta dias.
21. A ação civil pública poderá ter como objeto
- (A) execução de título judicial.
 - (B) cumprimento de obrigação de não fazer.
 - (C) rescisão de decisão judicial ímproba.
 - (D) condenação do pagamento de FGTS coletivo.
 - (E) declaração de nulidade de contribuição previdenciária.

22. Quanto aos embargos de declaração considerados protelatórios, assinale a alternativa correta.

- (A) Não interrompem o prazo recursal, ainda que haja imposição de multa pela prática abusiva da parte.
- (B) Consideram-se extemporâneos, por decisão proferida pelo juízo a que se destina analisar o recurso.
- (C) O embargante será condenado a pagar multa de 20% do valor da causa a favor da parte contrária.
- (D) Em sua reiteração, fica condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor da multa.
- (E) São assim considerados quando visam meramente questionar matéria para ser discutida em recursos constitucionais.

23. A respeito do valor probante do depoimento pessoal, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a parte intimada pessoalmente se recusar a depor, o juiz aplicará a pena de confissão.
- (B) Como não há obrigação legal para prestar depoimento pessoal, não há valor probante significativo.
- (C) Será considerado prova, quando o depoimento pessoal for determinado de ofício, diante das circunstâncias do caso.
- (D) Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos às ações de filiação, divórcio e anulação de casamento.
- (E) A confissão judicial faz prova contra o confitente, prejudicando, todavia, os litisconsortes.

24. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime

- (A) apreciar a questão em grau de apelação.
- (B) julgar improcedente ação rescisória.
- (C) negar a ordem em mandado de segurança.
- (D) houver julgado extinta, ação de competência originária do tribunal.
- (E) houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito.

25. Cabe mandado de segurança contra

- (A) ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- (C) decisão judicial transitada em julgado.
- (D) os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- (E) ato de pessoas naturais no exercício do poder público, somente sobre essas atribuições.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

26. A garantia de prioridade à efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, compreende:

- (A) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (B) primazia na formulação das políticas de saúde privada e pública
- (C) preferência na execução das diretrizes previstas na rede de educação básica de ensino.
- (D) destinação diferenciada de recursos públicos nas áreas afetadas ao acesso à educação não formal.
- (E) privilégio de receber proteção e socorro nos casos de urgência comprovada.

27. Acerca da ação civil pública, tem-se que:

- (A) poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, o cumprimento de obrigação de dar coisa incerta e o cumprimento de obrigação de fazer.
- (B) têm legitimidade para propô-la, dentre outros, a União, a Defensoria Pública e a associação que, concomitantemente, esteja constituída, há pelo menos um ano, nos termos da lei civil, e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao pequeno proprietário rural e ao patrimônio artístico e paisagístico.
- (C) o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa, em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada.
- (D) os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo judicial.
- (E) cabe ao Conselho Superior do Ministério Público promover o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças de informação se, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil.

28. A respeito da sentença que julgar a ação popular, afirma-se que
- (A) terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes* para o caso de haver sido julgada improcedente por deficiência de prova.
 - (B) a parte condenada a restituir bens ou valores ficará sujeita a sequestro e penhora, desde a citação do processo originário.
 - (C) recorrerá o juiz, *ex officio*, mediante simples declaração no seu texto, na hipótese de concluir pela carência da ação.
 - (D) poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público e a Defensoria Pública, no caso de prolação contra o autor da ação e sentença suscetível de recurso.
 - (E) caberá apelação, com efeito suspensivo, no caso de procedência do pedido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Dentre os direitos e garantias fundamentais, constantes do Título II da Constituição Federal de 1988, há a previsão de que
- (A) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
 - (B) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato e admissível a censura para atividades que exponham a risco a segurança da sociedade e do Estado.
 - (C) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização da União, sendo vedada outra interferência estatal em seu funcionamento.
 - (E) aos litigantes em processo judicial são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, não extensíveis ao processo administrativo e aos litigantes em geral.
30. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal de 1988, sendo-lhes vedado
- (A) recusar fê aos documentos públicos.
 - (B) tratar os brasileiros igualmente, sem distinções e preferências entre si.
 - (C) ter símbolos, como bandeira e hino próprios.
 - (D) utilizar a língua portuguesa como idioma oficial.
 - (E) possuir competências legislativas, administrativas e tributárias.

31. Um Deputado Federal pretende incluir, no *caput* do art. 37 da Constituição de 1988, o princípio da transparência entre os princípios da administração pública. Para que o Deputado Federal tenha êxito em sua empreitada, deverá
- (A) propor projeto que precisará ser aprovado em turno único, em cada Casa do Congresso Nacional, e, após, submetido à ratificação pelos Estados-Membros, manifestando-se favoravelmente mais da metade deles, por suas Assembleias Legislativas, pela maioria relativa de seus membros.
 - (B) submeter tal proposta ao Presidente da República que, se assim desejar, poderá editar emenda constitucional provisória, que deverá ser convertida em lei no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez pelo mesmo período, sob pena de perder eficácia desde sua edição.
 - (C) diante da eventual rejeição da proposta de emenda constitucional, elaborar novo projeto, que, no entanto, somente poderá constituir objeto de deliberação, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (D) propor emenda constitucional que, se não for apreciada em até 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua propositura, entrará em regime de urgência, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
 - (E) contar com outros Deputados Federais, para que juntos totalizem 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados, a fim de propor emenda constitucional a ser discutida e votada, e que será considerada aprovada somente se obtiver, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, 3/5 (três quintos) dos votos dos respectivos membros de cada Casa.
32. Compete privativamente ao Presidente da República, nos termos do art. 84 da Constituição Federal,
- (A) processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado.
 - (B) exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
 - (C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos Estados e do Distrito Federal.
 - (D) fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (E) proceder à tomada de contas do Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

33. Sobre o acesso ao serviço público pelo estrangeiro, previsto pelo art. 37, I, da Constituição Federal de 1988, com a redação pela Emenda Constitucional n.º 19/98, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento que tal dispositivo consubstancia, relativamente ao acesso aos cargos públicos por estrangeiros,
- (A) dispositivo constitucional de eficácia semiplena, aplicável de modo direto, mas possivelmente não integral.
 - (B) preceito constitucional dotado de eficácia paralisante, impedindo que qualquer estrangeiro venha a ocupar cargo público.
 - (C) norma constitucional de eficácia plena, de aplicação imediata, direta e integral.
 - (D) preceito constitucional dotado de eficácia limitada, dependendo de regulamentação para produzir efeitos.
 - (E) dispositivo constitucional garantidor de cláusula pétrea, já que os cargos públicos são acessíveis somente aos brasileiros natos.
34. O Supremo Tribunal Federal pode editar súmulas vinculantes
- (A) que terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Legislativo.
 - (B) de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
 - (C) mediante provocação daqueles que podem propor a ação popular ou a ação civil pública.
 - (D) que poderão ser revisadas mediante proposta de 1/3 (um terço) dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
 - (E) e, da decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Conselho Nacional de Justiça.
35. Sobre as funções essenciais à Justiça, previstas no texto constitucional, é correto afirmar que integra(m) tais funções
- (A) os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pelo acesso à justiça dos hipossuficientes.
 - (B) a Advocacia Pública, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
 - (C) a Advocacia da União, sendo esta carreira, exclusivamente, inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
 - (D) o Ministério Público que possui, entre outras, a atribuição de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
 - (E) a Advocacia Pública e a Defensoria Pública, sendo vedado a ambas o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
36. A respeito do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que
- (A) é composto de, no mínimo, trinta e três Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (B) compete a ele julgar nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente e os membros do Congresso Nacional.
 - (C) que os Ministros que o integram serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (D) junto a ele funcionam a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho Nacional de Justiça.
 - (E) deve julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
37. Dentre os princípios gerais da atividade econômica, previstos na Constituição Federal de 1988, consta que
- (A) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, e a importação e exportação dos produtos e derivados básicos destes não constituem monopólio da União.
 - (B) ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, a relevante interesse coletivo, ou para eliminação de mercados monopolísticos.
 - (C) o atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País não dependerá de autorização de qualquer órgão brasileiro.
 - (D) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado os princípios da erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo.
 - (E) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

38. Com relação ao controle concentrado de constitucionalidade, o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN/SP

- (A) não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança contra ato administrativo inconstitucional.
- (B) possui legitimidade para ajuizar ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (C) não possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, por não ser entidade de classe de âmbito nacional.
- (D) possui legitimidade para impetrar mandado de segurança e *habeas data*, desde que versem sobre questão constitucional afeta ao Conselho Regional.
- (E) não possui legitimidade para ajuizar ação ordinária que verse sobre tema constitucional, ainda que meramente incidental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

39. Considerando o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que a ação popular tem como um dos seus objetivos expressos anular ato lesivo ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) publicidade.
- (C) moralidade.
- (D) eficiência.
- (E) impessoalidade.

40. Havendo um dano contra o patrimônio público, o prazo prescricional, estabelecido pelo Código Civil, para que o ente público prejudicado ajuíze a respectiva ação de reparação de danos contra o culpado pelo dano é de

- (A) um ano.
- (B) três anos.
- (C) quatro anos.
- (D) dez anos.
- (E) quinze anos.

41. Assinale a alternativa correta a respeito dos poderes administrativos.

- (A) Embora o poder discricionário do administrador público não autorize o exame de mérito do ato pelo Poder Judiciário, a teoria dos motivos determinantes possibilita o controle judicial do ato discricionário para verificação da adequação do ato em relação aos seus motivos.
- (B) O poder discricionário não admite que o administrador tome decisões com base em norma de previsão aberta que exija complementação de aplicação ou ponderação valorativa de interesses concorrentes contidos na norma embasadora da decisão.
- (C) O poder disciplinar é a prerrogativa que a Administração Pública possui de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação aos casos concretos em âmbito administrativo.
- (D) O poder hierárquico dentro da organização administrativa não pode servir de fundamento para o chefe superior substituir-se ao seu subordinado, avocando questões afetas a este último.
- (E) Semelhantemente ao direito penal, em âmbito administrativo aplica-se o princípio da tipicidade, devendo o administrador aplicar ao infrator exatamente a pena atribuída à conduta tipificada, restando-lhe somente quantificar a pena a ser aplicada.

42. A respeito dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) todos os atos administrativos gozam da prerrogativa de serem autoexecutórios.
- (B) a retirada do ato em razão do advento de nova legislação contrária à situação anterior configura a sub-rogação.
- (C) não há atos administrativos irrevogáveis.
- (D) a extinção do ato, na hipótese de o beneficiário do ato descumprir as condições que permitiam a sua manutenção, se perfaz pela cassação.
- (E) a retirada do ato contrário à lei por iniciativa da própria Administração caracteriza a revogação.

43. Determinado ente público pretende o seguinte: 1) contratar determinado cantor consagrado pela opinião pública, para apresentação em show anual aberto ao público; 2) contratar serviços técnicos de publicidade e divulgação de natureza singular, com profissionais de notória especialização, com a finalidade de informar à população sobre serviços de interesse público. Diante disso, e de acordo com o que dispõe a Lei n.º 8.666/93, é correto afirmar que
- (A) para a primeira contratação, a licitação é dispensável e, para a segunda, é inexigível.
 - (B) ambas as contratações devem ser feitas sem licitação, por inexigibilidade.
 - (C) ambas as contratações podem ser feitas diretamente, tendo em vista que se tratam de hipóteses de dispensa de licitação.
 - (D) para as duas contratações devem ser exigidas as devidas e respectivas licitações.
 - (E) para a primeira contratação, a licitação é inexigível e, para a segunda, a lei veda a inexigibilidade.
44. Depois de publicado edital de licitação, um determinado licitante protocola, tempestivamente, junto à Administração, sua impugnação aos termos do edital, nos moldes da Lei n.º 8.666/93, entendendo que há irregularidade na aplicação da Lei de Licitações que estaria a viciar o edital. Nesse caso, o licitante impugnante
- (A) terá que depositar garantia idônea para continuar no processo licitatório.
 - (B) não poderá ser impedido de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
 - (C) será automaticamente excluído do processo licitatório, mas poderá a ele retornar se sua impugnação for julgada procedente.
 - (D) terá suspensa sua participação dessa licitação, mas poderá aproveitar toda a documentação apresentada para o próximo procedimento licitatório com o mesmo órgão público.
 - (E) terá preferência no acompanhamento do processo licitatório até o seu final.
45. A empresa XJ foi contratada pela Administração Pública para executar uma obra pública, para a qual deve receber mensalmente do poder público os pagamentos devidos em razão do contrato administrativo celebrado entre as partes. Não obstante, a Administração atrasou em quatro meses os respectivos pagamentos à empresa contratada. Nessa situação, considerando o disposto na Lei n.º 8.666/93, a empresa XJ
- (A) tem direito a suspender, administrativamente, o cumprimento do contrato.
 - (B) não poderá suspender o contrato em razão da cláusula *exceptio non adimpleti contractus*.
 - (C) poderá suspender a execução do contrato, desde que recorra ao Poder Judiciário, uma vez que não tem direito de fazê-lo administrativamente.
 - (D) não poderá suspender a execução do contrato unilateralmente, tendo em vista que essa possibilidade é conferida apenas ao poder contratante.
 - (E) terá direito a suspender, administrativamente, a execução do contrato apenas se a Administração atrasar os pagamentos por mais dois meses.
46. Assinale a alternativa correta sobre concessão de serviço público.
- (A) Os contratos de concessão de serviço devem ser feitos por meio de licitação e, por regra geral, na modalidade tomada de preços.
 - (B) A legislação veda que a concessão seja feita por meio de contratos de adesão.
 - (C) A lei permite que haja, no processo licitatório de concessão de serviço público, inversão na ordem das fases de habilitação e julgamento.
 - (D) Empresas estatais não podem participar de licitações para obter delegação de serviços públicos.
 - (E) A remuneração do serviço público concedido é feita por meio de taxa pública.
47. Determinado Prefeito Municipal, pretendendo desapropriar um prédio onde funciona o serviço público de uma autarquia federal, edita o competente decreto expropriatório para essa finalidade, com o escopo de instalar um posto de saúde no local. Considerando o que estabelece a legislação pátria sobre a matéria, bem como a posição da doutrina e da jurisprudência prevalentes nesse tema, é correto afirmar que essa desapropriação
- (A) é válida e legal, desde que devidamente caracterizada a necessidade ou utilidade pública, mediante a justa e prévia indenização em dinheiro.
 - (B) é inconstitucional, uma vez que os bens públicos têm proteção da Constituição Federal e não podem ser desapropriados.
 - (C) pode ser feita, válida e legalmente, uma vez que o interesse público da população local do Município deve prevalecer no caso.
 - (D) não é permitida pelo direito pátrio, posto que o Município não pode, em regra, desapropriar bens de autarquia federal.
 - (E) não pode ser realizada, posto que os bens das autarquias não podem ser objeto de desapropriação de qualquer espécie.

48. Assinale a alternativa correta a respeito dos bens públicos.
- (A) As praças e logradouros públicos são exemplos de bens públicos dominicais.
 - (B) Os bens públicos, em regra, são impenhoráveis, com exceção dos bens de uso especial.
 - (C) Os bens das autarquias, das sociedades de economia mista e das empresas públicas são inalienáveis e impenhoráveis.
 - (D) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados e são insuscetíveis de serem usucapidos.
 - (E) Os Municípios podem adquirir bens de particulares por meio de transferência *causa mortis*.

DIREITO TRIBUTÁRIO

49. O contribuinte Pedro de Alcântara propôs ação anulatória em face do Município de Água Doce, objetivando que seja declarado nulo o lançamento tributário referente ao IPTU, no montante de R\$ 20.000,00, e cujo vencimento deu-se em 20 de fevereiro de 2013. Pedro, contudo, não efetuou o depósito preparatório do valor do débito, conforme determina a Lei n.º 6.830/80 e receia que o processo seja extinto pela ausência do depósito. Nesse caso,
- (A) Pedro deve emendar a inicial e realizar o depósito preparatório, pois se assim não o fizer estará agindo *contra legem*.
 - (B) o receio de Pedro procede, mas a extinção do processo somente ocorrerá se, após a determinação do juiz para que seja efetuado o depósito no prazo de 48 horas, isso não vier a ocorrer.
 - (C) o juiz deve determinar que o depósito preparatório seja efetuado no prazo de 5 dias, conforme determina a lei, por se tratar de pressuposto específico para o exercício da ação anulatória, sob pena de extinção.
 - (D) Pedro não tem que efetuar o depósito, pois o Supremo Tribunal Federal sumulou a matéria por entender como inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial, na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
 - (E) a preocupação de Pedro não se justifica, eis que houve revogação expressa do dispositivo que determinava o depósito preparatório.

50. João Felisberto atua no ramo imobiliário, comprando e vendendo imóveis, e é cliente do advogado Alberto. Manifestando interesse em arrematar certo imóvel que será objeto de hasta pública a realizar-se em data próxima, consulta Alberto com o intuito de saber se há viabilidade na aquisição judicial do bem, visto que está avaliado em R\$ 100.000,00, mas possui dívidas tributárias que totalizam R\$ 59.535,70. Alberto deve
- (A) desestimular seu cliente porque não há sentido em adquirir um bem cuja dívida tributária supera 50% do seu valor de mercado.
 - (B) estimular João a participar da hasta pública porque, não obstante a dívida tributária com a qual deverá arcar caso arremate o bem, o preço da avaliação poderá ser reduzido pelo juiz.
 - (C) estimular João a participar da hasta pública porque, caso venha a arrematar o imóvel, é certo que não arcará com a dívida tributária.
 - (D) estimular João a participar somente da segunda hasta, caso a primeira seja negativa, porque o imóvel será oferecido por 50% do preço da avaliação, de modo que, considerando a dívida tributária que deverá ser paga pelo arrematante, alcançará aproximadamente o valor de mercado, o que será conveniente para João.
 - (E) desestimular João porque, ainda que tenha a possibilidade de requerer o parcelamento da dívida tributária, só poderá negociar o imóvel no mercado após a efetiva quitação.
51. Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos
- (A) com garantia real.
 - (B) quirografários.
 - (C) passíveis de restituição.
 - (D) extraconcursais.
 - (E) subordinados.
52. Na repartição das receitas tributárias, do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o Estado deve entregar aos Municípios
- (A) 50%.
 - (B) 25%.
 - (C) 22,5%.
 - (D) 21,5%.
 - (E) 20%.

53. A Constituição Federal, ao determinar que o imposto sobre produtos industrializados não incidirá quando tais produtos forem destinados ao exterior, impõe uma
- (A) imunidade recíproca.
 - (B) imunidade específica.
 - (C) isenção federativa.
 - (D) isenção específica.
 - (E) não incidência de fato.
54. A Lei ordinária n.º XXYY, disciplinando tributo da competência de certo Estado da Federação e cujo crédito é lançado por homologação, estabelece que a prescrição da ação para cobrança dos créditos decorrentes do referido tributo prescreve em 10 anos contados da constituição definitiva. Acerca do que dispõe a hipotética lei a respeito do prazo prescricional, é correto afirmar que o lapso temporal estabelecido
- (A) está em consonância com o Código Tributário Nacional, que expressamente autoriza que, se a lei não fixar outro prazo, será ele de 5 anos.
 - (B) está em consonância com o Código Tributário, que estabelece o prazo prescricional de 10 anos quando se tratar de tributo lançado por homologação.
 - (C) está em consonância com o Código Tributário Nacional, pois engloba os prazos de decadência e prescrição, ambos de 5 anos cada.
 - (D) está em descompasso com a Constituição Federal, eis que a prescrição tributária é matéria que compete à lei complementar.
 - (E) está em descompasso com a lei civil, na medida em que a fixação do prazo prescricional deve seguir as regras determinadas pelo Código Civil, ainda que se trate de matéria tributária, por ser instituto regido pelo direito privado.
55. Assinale a alternativa correta em relação à anistia.
- (A) Abrange exclusivamente as infrações cometidas após a entrada em vigor da lei que a concede.
 - (B) Não se aplica, em qualquer caso, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
 - (C) Pode ser concedida limitadamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.
 - (D) Quando concedida em caráter geral, é efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
 - (E) Quando não concedida em caráter geral, o despacho que a concede gera direito adquirido.
56. A respeito da competência tributária, é correto afirmar que
- (A) é delegável a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
 - (B) a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, não compreende as garantias e privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
 - (C) constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
 - (D) o não exercício da competência tributária pode acarretar o seu deferimento a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
 - (E) é indelegável a atribuição das funções de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas, pela pessoa jurídica de direito público competente a outra da mesma natureza.
57. Nos termos do Código Tributário Nacional, a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos autoriza a cobrança de
- (A) imposto, em razão da universalidade da atividade administrativa.
 - (B) impostos, em razão da impessoalidade da atividade administrativa.
 - (C) tarifas, em razão da concessão ou autorização por parte do Poder Público.
 - (D) taxa, em razão da utilização de serviço público prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
 - (E) taxa, em razão do exercício regular do poder de polícia.

58. Assinale a alternativa que estiver em consonância com as disposições do Código Tributário Nacional, acerca do lançamento tributário e seus efeitos.
- (A) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento será feita sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento.
 - (B) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, inclusive, nesse último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
 - (C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se, em qualquer caso, pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
 - (D) No lançamento por declaração, quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.
 - (E) O lançamento por declaração, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem o prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado expressamente extingue a obrigação.

DIREITO DO TRABALHO

59. Como uma decorrência do princípio da continuidade, os contratos de trabalho terão prazo indeterminado. Contudo, há situações previstas na CLT que autorizam os contratos com prazo determinado. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta.
- (A) O contrato de trabalho por prazo determinado, celebrado por 1 (um) ano, pode ser prorrogado por mais de 2 (duas) vezes, desde que se trate da hipótese de excepcional substituição de pessoal.
 - (B) O contrato de trabalho não poderá ter prazo determinado na hipótese de atividade empresarial transitória, pois o risco da atividade empresarial é do empregador.
 - (C) O contrato de experiência é espécie de contrato por prazo determinado, cuja duração não pode ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, admitida uma prorrogação por igual período.
 - (D) É improrrogável o contrato de trabalho cuja natureza do serviço justifique a predeterminação do prazo.
 - (E) O contrato de trabalho por prazo determinado, cuja transitoriedade do serviço justifique a predeterminação do prazo, poderá ser de 2 (dois) anos.

60. Joana, Paula, Lisa e Vitória são empregadas da empresa *Sol & Nuvem* e registraram seu horário de trabalho, com a seguinte variação: Joana, 4 minutos; Paula, 10 minutos; Lisa, 8 minutos; Vitória, 3 minutos.

É correto afirmar que não serão computados como hora extraordinária, nem descontados, os minutos de variação no registro de horário apenas de

- (A) Joana e Paula.
 - (B) Paula e Lisa.
 - (C) Joana, Paula e Lisa.
 - (D) Lisa e Vitória.
 - (E) Joana e Vitória.
61. Os operadores portuários devem constituir, em cada porto organizado, um órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário destinado a
- (A) contratar trabalhadores eventuais para descarregamento de mercadorias.
 - (B) manter, com exclusividade, o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso.
 - (C) contratar e registrar trabalhadores avulsos, sem obrigatoriedade de cadastro prévio.
 - (D) treinar e habilitar profissionalmente o trabalhador portuário, inscrevendo-o no cadastro, respondendo solidariamente por todo prejuízo que causarem aos operadores portuários e a terceiros.
 - (E) selecionar e registrar o trabalhador portuário avulso, respondendo subsidiariamente com o operador portuário pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

62. O empregado que tenha 9 (nove) faltas injustificadas no período aquisitivo tem direito a férias de

- (A) 30 dias.
- (B) 24 dias.
- (C) 21 dias.
- (D) 18 dias.
- (E) 12 dias.

63. Em face do período aquisitivo de férias de 05.08.2011 a 04.08.2012, Paulo teve como período concessivo o interstício de 05.08.2012 a 04.08.2013. Considerando que até a presente data não houve ruptura contratual, o prazo prescricional para cobrança do referido período de férias terá como início o dia

- (A) 05.08.2013.
- (B) 04.08.2013.
- (C) 05.08.2012.
- (D) 04.08.2012.
- (E) da rescisão contratual.

64. Maria é garçonete no restaurante *Comida & Felicidade*, recebendo por mês seu salário e as gorjetas pagas, espontaneamente, pelos seus clientes. Neste caso, é correto afirmar que as gorjetas
- (A) pagas por terceiros não compõem a remuneração do empregado.
 - (B) não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
 - (C) servem de base de cálculo somente para as parcelas de aviso-prévio e adicional noturno.
 - (D) servem de base de cálculo somente para as parcelas de horas extras e repouso semanal remunerado.
 - (E) não servem de base de cálculo para o pagamento das férias.
65. A alteração do contrato de trabalho pode ocorrer desde que
- (A) haja cláusula expressa no contrato de trabalho e mútuo consentimento das partes, independentemente da análise de prejuízo indireto ao empregado.
 - (B) tenha sido tacitamente ajustada pelas partes, independentemente do prejuízo ao empregado.
 - (C) haja crise econômica demonstrada pelo empregador ao empregado. Nesse caso, o salário do empregado pode ser reduzido, independentemente de intervenção sindical.
 - (D) por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, em prejuízos ao empregado.
 - (E) haja negociação com o sindicato representante da categoria econômica e se refira às regras de proteção em segurança e medicina do trabalho.
66. Relativamente à rescisão do contrato de trabalho e seus efeitos, é correto afirmar que
- (A) havendo termo estipulado, o empregado pode se desligar do contrato de trabalho independentemente de pagamento de indenização, ainda que seja sem justo motivo.
 - (B) quanto aos contratos de trabalho por prazo determinado que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, o empregador só poderá despedir o empregado se houver justa causa.
 - (C) o empregado pode considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
 - (D) reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado terá direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio e das férias proporcionais, mas o décimo terceiro salário será pago integralmente.
 - (E) no caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, é indevido o pagamento de indenização.
67. A respeito do repouso semanal remunerado, assinale a alternativa correta.
- (A) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual deverá sempre coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
 - (B) Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, inclusive os elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento a cada três semanas.
 - (C) As gratificações por tempo de serviço e produtividade, pagas mensalmente, repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.
 - (D) Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas.
 - (E) As horas extras habitualmente prestadas não podem ser computadas para o cálculo do repouso semanal remunerado.
68. A respeito dos dissídios individuais em que a Fazenda Pública faça parte, assinale a alternativa correta.
- (A) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 40 (quarenta) salários-mínimos.
 - (B) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Superior Tribunal de Justiça ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, sem ressalvas ou exceção.
 - (D) Em mandado de segurança não cabe remessa *ex officio*, ainda que na relação processual figure pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem.
 - (E) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários-mínimos.

DIREITO PENAL

69. A respeito da disciplina do inquérito policial no Código de Processo Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de procedimento indispensável para o oferecimento da denúncia ou queixa.
 - (B) Nos casos de crimes de ação penal privada, o inquérito policial somente será iniciado mediante a iniciativa da vítima ou de quem tenha qualidade para representá-la.
 - (C) A notícia do crime destinada à sua instauração somente poderá ser ofertada à Autoridade Policial.
 - (D) Concluídas as investigações, o Delegado de Polícia decidirá a respeito de seu arquivamento ou encaminhamento ao Ministério Público.
 - (E) Trata-se de procedimento sempre sigiloso, com a finalidade de assegurar a privacidade dos investigados.
70. O funcionário público que exige para si, em razão de sua função, vantagem indevida comete o crime de
- (A) peculato.
 - (B) corrupção passiva.
 - (C) prevaricação.
 - (D) concussão.
 - (E) violência arbitrária.
71. Em face dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Na hipótese do delito de falso testemunho, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
 - (B) O crime de favorecimento pessoal consiste na prestação de auxílio a criminoso, destinado a tornar seguro o proveito do crime.
 - (C) Para a ocorrência do delito de advocacia administrativa, é necessário que o interesse privado pleiteado perante a administração pública seja ilegítimo.
 - (D) O crime de desobediência admite sua prática na modalidade culposa.
 - (E) O crime de tráfico de influência apresenta como sujeito ativo apenas o funcionário público que, valendo-se de sua função, influi no ato de outro funcionário.

72. De acordo com a Lei n.º 7.492, de 16 de junho de 1986, assinale a alternativa correta.
- (A) Constitui crime, independentemente do valor, a manutenção no exterior de depósitos não declarados à repartição federal competente.
 - (B) Para fins de responsabilidade penal, equiparam-se aos administradores de instituição financeira o interventor, o liquidante, o síndico, os diretores e os sócios da pessoa jurídica.
 - (C) Equipara-se, nos termos da Lei, às instituições financeiras a pessoa física que exerça, ainda que de modo eventual, quaisquer de suas atividades típicas, tais como a captação ou intermediação de recursos financeiros de terceiros.
 - (D) Os crimes previstos na Lei são de competência da Justiça Estadual, definindo-se a competência territorial pelo local onde a instituição financeira mantém a sua sede ou matriz.
 - (E) Na hipótese de crimes cometidos em concurso de pessoas, o coautor ou partícipe, que por meio de confissão espontânea revelar à autoridade policial toda a trama delituosa, terá reconhecida a extinção de sua punibilidade.
73. A respeito do crime de corrupção ativa, assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de delito bilateral, de tal sorte que sua ocorrência sempre ficará dependente da aceitação da promessa por parte do funcionário público.
 - (B) Jamais se admite a modalidade tentada.
 - (C) Para a ocorrência do delito, é necessário que a prática do ato de ofício almejado consista em infração de dever funcional por parte do funcionário público.
 - (D) Ocorrerá o crime nas hipóteses de oferecimentos de pequenos presentes ou mimos, ainda que ofertados de modo desinteressado.
 - (E) Admite-se apenas a modalidade dolosa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

74. Ao disciplinar a política nacional de relações de consumo, impõe a Lei n.º 8.078/90, dentre outras determinações, a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores. A referida imposição reflete uma das aplicações do princípio
- (A) da boa-fé subjetiva.
 - (B) da ignorância.
 - (C) do dever governamental.
 - (D) do poder econômico.
 - (E) do domínio capitalista.

75. Assinale a alternativa que está em consonância com os ditames da Lei n.º 8.078/90, acerca da responsabilidade por danos ocasionados ao consumidor.
- (A) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
 - (B) A pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, conforme discriminados no Código de Defesa do Consumidor, prescreve em dois anos a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
 - (C) Para fins da imposição de responsabilidade ao fornecedor, o serviço é considerado defeituoso, dentre outras situações, pela adoção de novas técnicas.
 - (D) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.
 - (E) A ignorância do fornecedor sobre vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

76. De acordo com a Lei n.º 7.498/86, que dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem, dentre as atividades de enfermagem cabe ao enfermeiro, privativamente,
- (A) participar da equipe de saúde.
 - (B) realizar consulta de enfermagem.
 - (C) realizar a glicemia capilar e proceder a sua leitura.
 - (D) executar atividades de desinfecção e esterilização.
 - (E) realizar controle hídrico.
77. Assinale a alternativa correta em relação ao disposto na Resolução Cofen n.º 432/2012, que institui o II Programa de Recuperação Fiscal no Âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem – REFIS-Enfermagem.
- (A) A inadimplência por seis meses consecutivos ou alternados, relativa a quaisquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS-Enfermagem, determinará a exclusão do profissional de enfermagem do Programa, mediante ato do Conselho Regional.
 - (B) Ao término de cada exercício, os Conselhos Regionais de Enfermagem efetuarão o levantamento dos profissionais em débito com a anuidade do ano corrente e emitirão a 2.ª via de boleto de pagamento do valor devido, acrescido de multa e juros de mora, que será enviado por correio.
 - (C) O REFIS-Enfermagem é um programa destinado a promover a regularização dos débitos dos profissionais de enfermagem decorrentes, entre outros itens, de anuidades vencidas até 31 de dezembro de 2009.
 - (D) A opção pelo REFIS sujeita o profissional de enfermagem a confissão irrevogável e irretroatável de todas as condições estabelecidas no acordo de parcelamento dos débitos fiscais.
 - (E) Após o vencimento de parcela acordada, incidirá sobre o valor desta multa de 2%, além de juro de mora de 3% ao mês.

78. A Lei n.º 5.905/73, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, estabelece como competência do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, entre outras atribuições,
- (A) fixar o valor da anuidade.
 - (B) indicar os presidentes dos Conselhos Regionais.
 - (C) instituir o modelo das carteiras profissionais de identidade e as insígnias da profissão.
 - (D) expedir a carteira profissional, que terá fé pública em todo território nacional.
 - (E) deliberar sobre inscrição no Conselho e seu cancelamento.
79. Considere o proposto na Resolução Cofen n.º 370/2010, que altera o Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre o processo ético-profissional, analise as afirmações a seguir e classifique cada uma delas como V (verdadeira) ou F (falsa).
- () Está impedido de atuar no processo o membro do Plenário ou da Comissão de Instrução que, dentre outros motivos, seja subordinado de qualquer das partes.
 - () O procedimento ético-disciplinar inicia-se de ofício quando o Presidente do Conselho vier a saber, através de auto de infração ou por qualquer meio, de fato que tenha característica de infração ética ou disciplinar.
 - () A Comissão de Instrução será composta por 5 (cinco) membros, de categoria igual ou superior à do denunciado, escolhidos dentre os inscritos no Conselho de Enfermagem.
 - () É facultado ao punido, ou em caso de seu falecimento, aos seus herdeiros, apresentar pedido de revisão de pena, até dois anos após a publicação do acórdão.

Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta, de cima para baixo.

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) F, V, V, F.
- (E) F, F, F, F.

- 80.** De acordo com a Resolução Cofen n.º 372/2010, que aprova e adota o Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem e dá outras providências, a Inscrição Remida é aquela concedida
- (A) ao enfermeiro aposentado, após contribuir com o Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem por pelo menos 25 anos, e que nunca tenha sofrido penalidade administrativa e/ou ética na sua trajetória.
 - (B) para o exercício profissional permanente em área não abrangida pela jurisdição do Conselho Regional concedente da inscrição ativa.
 - (C) ao profissional de Enfermagem afastado definitivamente do exercício da enfermagem por motivo de invalidez permanente devido a acidente do trabalho, após contribuir com o Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem por pelo menos 5 (cinco) anos.
 - (D) para o exercício profissional temporário no exterior em função de trabalho de enfermagem desenvolvido em projetos humanitários.
 - (E) ao profissional de Enfermagem aposentado ou que já tenha contribuído com o Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem por 30 anos e nunca tenha sofrido penalidade administrativa e/ou ética na sua trajetória.

